



CPMI DO INSS / Ex-ministro culpa autarquia por ilegalidades. E afirma: assim que soube da dimensão do rombo, tomou providências

Lupi: instituto não evitou as fraudes nos benefícios

» WAL LIMA
» ISRAEL MEDEIROS

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, negou ter acobertado as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social durante o período em que esteve à frente do Ministério da Previdência. Em uma sessão tumultuada e repleta de trocas de acusações entre bolsonaristas e governistas, afirmou que soube das fraudes no início de sua gestão na pasta, em março de 2023, mas que as medidas concretas para frear as ilegalidades deviam ter sido tomadas pelo INSS.

“Depois que a Polícia Federal, durante um ano, investigou e está apontando quem é responsável pelos crimes, é mais fácil a gente entender o que aconteceu. À época, a gente se baseava apenas naquilo apresentado pela ouvidoria, pelas reclamações que vinham pela plataforma do Meu INSS”, explicou o ex-ministro, que ouviu críticas da oposição pela demora para tomar medidas que debelassem as fraudes. Isso porque do momento em que foi informado dos descontos irregulares de aposentados e pensionistas até a operação da PF, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), passaram-se dois anos.

Questionado pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), sobre quais ações tomou para coibir os descontos irregulares, disse que não tinha poder de interferir no INSS por ser uma autarquia. Também disse, mas em tom de ironia, que não era capaz de saber o tamanho do esquema. “Infelizmente, não tenho poder de adivinhação. Nós nunca tivemos a capacidade de mensurar o tamanho, o volume do que esses criminosos fizeram dentro do INSS. Só foi possível isso

depois da investigação da Polícia Federal que, pela primeira vez, teve efeito. (Foi só) quando a Polícia Federal investigou para valer, quando ela não arquivou, o que aconteceu duas vezes anteriormente (em 2016 e em 2020, segundo o ex-ministro)”, afirmou.

Lupi acrescentou: “Agora, sim, a gente tem uma dimensão que eu não tinha na época. Não tinha mesmo. Sou sincero em dizer: talvez minha falha maior tenha sido essa — não ter dado dimensão ao tamanho do rombo que era isso”, admitiu Lupi. Segundo o ex-ministro, a responsabilidade por tomar medidas concretas contra fraudes é do INSS, pois, conforme frisou, por tratar-se de uma autarquia, não poderia interferir diretamente na situação. Mas assegurou que todas as orientações ao INSS para coibir as irregularidades partiram de seu gabinete.

No depoimento, Lupi também foi indagado sobre eventuais autorizações do Ministério da Previdência para os descontos em bloco, feitos por associações, dos benefícios de aposentados e pensionistas. Negou ter autorizado descontos e mencionou uma instrução normativa, baixada pelo INSS em 2024, que estabelece critérios para débitos nos vencimentos dos segurados. “Se eu tivesse alguma espécie de ato inidôneo, eu não a faria (a instrução normativa)”, afirmou. Também negou ter relações próximas com qualquer dos investigados ou dos representantes de entidades envolvidas nas irregularidades.

Irmão de Lula

O ex-ministro negou conhecer ou ter encontrado o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Carreca do INSS”. Afirmou, no entanto, que enquanto comandou a pasta,

Jefferson Rudy/Agência Senado



Segundo Lupi (gesticulando), devido à autonomia ministério não podia intervir no INSS e coibir descontos ilegais

encontrou-se com Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reuniões para tratar de demandas do sindicato do qual era vice-presidente. Mas tudo, segundo Lupi, dentro da normalidade.

Quando o esquema estourou, em abril, a Justiça ordenou o afastamento do então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, a contragosto de Lupi, que o defendeu publicamente. Segundo a PF, o então chefe da autarquia autorizou diversos descontos em benefícios de aposentados e pensionistas. Stefanutto só deixou o cargo por ordem direta de Lula. O ex-ministro foi indagado sobre sua

postura no episódio e se ainda mantém a confiança no ex-presidente do INSS. Disse que continua a acreditar que, em um processo, todos são inocentes “até que se prove o contrário”. Lupi deixou o Ministério da Previdência em maio, pouco depois da deflagração da Operação Sem Desconto, que revelou o esquema de cobranças indevidas a aposentados e pensionistas, com um prejuízo estimado em mais de R\$ 6 bilhões, entre 2019 e 2024.

Governistas apoiaram Lupi e lhe deram espaço para falar. O objetivo era deixar claro que a gestão do presidente Lula encerrou

o esquema criminoso e afastou o ex-ministro. Assim como nas sessões anteriores, parlamentares alinhados ao Planalto disseram que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi o grande responsável por permitir que os descontos (que aumentaram de 2019 a 2022) continuassem.

Ao **Correio**, o líder do governo na comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), reforçou a estratégia. “Foi durante a nossa gestão que a Polícia Federal e a CGU tiveram liberdade para desbaratar a organização criminosa, suspender os descontos e

» Anvisa suspende 32 suplementos

A Anvisa suspendeu a fabricação, comercialização, importação e uso de 32 suplementos alimentares da empresa Ervas Brasillís Produtos Naturais Ltda. Determinou, ainda, a apreensão dos lotes em circulação e proibiu propaganda ou distribuição. A decisão veio após a constatação de que a produção era feita em estabelecimento sem licença da vigilância sanitária e em más condições de higiene. A suspensão atinge marcas associadas à Ervas Brasillís, entre elas Turbo Black Vitamin, Ervas Brasil, NB Nutrition, Natuforme, Ozonlife, Nutrição Esportiva, Max Force e Vitacorpus. Entre os itens estão creatina, colágeno, maca peruana, moringa, ômega 3, óleo de girassol ozonizado e ora-pro-nobis.

devolver os recursos aos aposentados. O ex-ministro Lupi reforçou que é fundamental separar política de fatos e focar na punição exemplar dos responsáveis”, afirmou.

Já o deputado Duarte Jr. (PSB), vice-presidente da CPMI, avaliou que a autonomia do INSS não exclui a responsabilidade do Ministério da Previdência no combate às fraudes. “A gente entende que há uma responsabilidade, que existiam elementos suficientes para que ele tomasse uma decisão mais rígida, mais contundente para impedir essas práticas”, criticou.

FEMINICÍDIO NO SUL

Novos pedaços de corpos são achados

Partes de duas pernas humanas e um pé foram encontrados entre a manhã de sábado e a tarde de domingo, em Porto Alegre. A polícia vê relação entre os achados e a manicure Brasília Costa, de 65 anos, cujo corpo foi espartilhado pelo publicitário Ricardo Jardim, de 66 anos, e as partes foram espalhadas pela capital gaúcha.

De acordo com a Polícia Civil, o novo material será submetido a exames de comparação genética. O dorso da mulher foi encontrado dentro de uma mala, no guarda-volumes da rodoviária de Porto Alegre. Ricardo deixou a bagagem no terminal, em 20 de agosto, mas, apesar de usar disfarces, foi identificado a partir das imagens de câmeras instaladas no local. Outras partes da manicure foram espalhadas pela cidade pelo suspeito.

No domingo, porém, pescadores encontraram uma parte da perna e um pé na região da orla de Porto Alegre. No dia anterior, uma perna foi achada na areia da orla de Ipanema, na zona sul da capital.

Antes, em 13 de agosto, tinham sido descobertas partes dos membros da vítima em dois sacos de lixo deixados em uma rua da zona leste de Porto Alegre. A perícia confirmou que o material genético desses fragmentos é compatível com o dorso que estava na rodoviária. Até ontem, a cabeça da vítima, que também foi removida, não tinha sido encontrada.

Para o delegado Mário Souza, diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e que conduziu as investigações, o

publicitário retalhou o corpo da manicure e espalhou as partes para dificultar o trabalho da polícia. “Ele teve o cuidado de remover as pontas dos dedos para eliminar as digitais e dificultar a identificação da vítima”, disse.

Só que as digitais deixadas por Ricardo nos sacos de lixo ajudaram a identificá-lo. “A perícia comparou o perfil genético e coincidiu com o de um homem que havia sido condenado. Foi um trabalho técnico e muito consistente da investigação”, explicou.

O delegado acredita que o publicitário aproximou-se da manicure com a intenção de obter vantagem financeira. “Ele tentou usar os cartões bancários dela e movimentar as contas. Encontramos comprovantes de algumas transações e estamos extraindo dados dos celulares e do notebook apreendidos com ele”, observou Mário Souza.

Ricardo Jardim, suspeito do crime, tinha sido condenado em 2018 por matar a mãe e concretar o corpo no interior do apartamento em que ela morava. Ele negou o assassinato — admitiu apenas que escondeu o cadáver —, mas, mesmo assim, pegou 28 anos de prisão. Cumpriu apenas seis anos de cadeia e, em 2024, obteve a progressão para o regime semiaberto. Mas por falta de vagas, ganhou prisão domiciliar.

Já Brasília Costa morava na zona norte de Porto Alegre e trabalhava fazendo unhas em salões de beleza. Era natural de Arroio Grande, na região sul do estado, e teria sido atraída pelo publicitário por meio de redes sociais.

COMUNICADO DE RECALL

RANGE ROVER EVOQUE



Veículo	Chassis N°	Data inicial e final de fabricação
LAND ROVER RANGE ROVER EVOQUE	99JZA2BX0NT400009 a SALZA2BXXMH156542	2021 até 2024

A Land Rover Brasil informa os proprietários dos veículos **Land Rover Range Rover Evoque**, chassis finais de **T400009** a **MH156542**, ano/modelo de 2021 a 2024, sobre a necessidade de realizar a campanha de recall de substituição gratuita do módulo do airbag do passageiro dianteiro nos veículos envolvidos, com previsão de atendimento para início de fevereiro de 2026.

Componente envolvido: Módulo do airbag do passageiro dianteiro.

Defeito: Foi constatado uma possível falha na deflagração do airbag, resultado de uma dobragem inadequada no processo de montagem do airbag, fazendo com que este não deflagre da forma correta.

Risco: O airbag deflagrado de forma incorreta pode reduzir a proteção dos ocupantes e, portanto, aumentar o risco de ferimentos aos ocupantes do veículo em caso de colisão e, em casos mais graves, até o risco de morte. Nesta condição, o airbag deflagrado incorretamente pode causar o vazamento de gases quentes que podem causar queimaduras nos ocupantes do veículo.

Até o momento, a empresa não tem conhecimento de nenhum acidente em veículos Jaguar Land Rover.

Solução: Os concessionários autorizados Land Rover substituirão gratuitamente o módulo do airbag do passageiro dianteiro nos veículos envolvidos.

O tempo estimado para o reparo é de aproximadamente **até 1 hora**.

Data de início do atendimento: Previsto para início de fevereiro de 2026; mediante a chegada das peças importadas, o prazo pode ser antecipado. Tendo em vista a indisponibilidade imediata de realização da campanha, a Land Rover Brasil está à disposição para auxílio dos consumidores referente a qualquer demanda que se faça necessário.

Informações de contato: Para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha, entre em contato com o Concessionário Autorizado Land Rover de sua preferência ou com a Central de Relacionamento pelo telefone **0800 012 2733** para clientes Land Rover. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda à sexta, das 09h00 às 16h30, além do e-mail **cliente@landrover.com.br**, bem como na página da marca na internet **www.landrover.com.br** e nas páginas do Facebook e YouTube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Land Rover Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.



Desacelere. Seu bem maior é a vida.